

## CIBERNÉTICA E CIVILIZAÇÃO

# COMPUTADORES E FEITICEIROS

LUÍS MONIZ PEREIRA

O impacto dos computadores na estrutura social é complexo e apresenta múltiplas facetas. Os computadores têm sido utilizados como potentes instrumentos para colectar, armazenar, analisar e distribuir enormes quantidades de informação. Simultaneamente, tal poder e tal informação podem ser erroneamente aplicados, exigindo por isso juízos de valor que são políticos e não técnicos.

É sabido que o computador poupa a escriturários, administradores, técnicos e cientistas, inúmeros anos de trabalho monótono e penoso. Mas, ao automatizar-se o trabalho anteriormente efectuado manualmente, pode perguntar-se se as suas aplicações não serão em relação a muita gente uma ameaça grave para o seu trabalho. O computador alivia muitos homens e/ou mulheres da necessidade de supervisionar e de controlar processos monótonos e repetitivos; mas essa utilização também pode ser encarada como uma abdicação da vontade de controlar do ser humano. O computador permite fazer coisas que seriam impossíveis sem ele; mas ao fazê-las tornamo-nos dependentes dos seus poderes.

Em geral, cada aplicação do computador parece ter duas facetas, à luz das suas implicações sociais. Como podemos destrinchá-las? Como podemos tirar partido das facetas positivas, e controlar ou eliminar as negativas?

Estas questões dizem respeito a toda a gente; não

podem e não devem ser da responsabilidade exclusiva dos técnicos especializados que na nossa sociedade põem a uso os computadores.

A principal limitação, de um uso mais generalizado dos computadores, não será a limitação tecnológica, mas antes a qualidade da atitude dos seus utilizadores potenciais relativamente às utilizações possíveis. Se essa atitude se cristalizar em hostilidade impensada, todo o potencial de um instrumento útil e poderoso se perderá. Por outro lado, se essa hostilidade tiver razão de ser, então tornar-se-á necessário tomar medidas actuantes frente às aplicações reconhecidamente impróprias. Quanto mais as nossas instituições dependerem da utilização de computadores, maior confiança teremos que ter nas utilizações que deles se fazem.

Quanto mais poderosos se tornam os sistemas servidos por computadores, e quanto mais informação eles se tornam para aqueles que pretendem desviar esse poder para outros fins. Poder-se-ia resumir o argumento deste modo:

1) A informação é essencial ao controle, sendo portanto a principal componente do poder político e social.

2) Os computadores centralizam e tornam disponível a informação.

3) Informação centralizada significa poder centralizado.

4) A utilização do po-

(Continua na pág. VIII)

**PODE a tecnologia ser controlada e dirigida para objectivos benéficos às massas trabalhadoras, ou levará inevitavelmente à restrição, alienação ou destruição da liberdade humana? Em nenhum outro campo actual, como no do desenvolvimento das máquinas computadoras, se tem esse debate efectuado com um maior alarme.**



# COMPUTADORES E FEITICEIROS

(Cont. da pág. central)

der pode ser aproveitada para fins incorrectos.

5) Os computadores podem, portanto, ser postos a uso para fins inconfessáveis.

Existirá de facto a possibilidade de isso acontecer? Poderá o computador ser utilizado para manipular indivíduos e grupos de modo indiscriminado? Poderão os que a ele venham a ter acesso valer-se de informações pessoais ou colectivas de modo atentatório?

A resposta a estas perguntas é basicamente um sim. A não ser que aos cidadãos seja permitida a instituição de métodos de controle, de averiguação, e de leis que governem as condições de utilização e acesso dos complexos de computadores e seus sistemas de informação.

Um perigo adicional persistirá mesmo assim. Ele ocorre quando os computadores são empregues, por intermédio de programação apropriada, para obter previsões sobre as possíveis consequências de várias decisões alternativas. No en-

tanto, as grandes administrações e o governo dependem cada vez mais dessas previsões, tornadas agora possíveis através do computador. É que a utilização de modelos previsionais por intermédio da programação, dada a elaboração que podem atingir, põe em jogo grande número de variáveis e de hipóteses de base relativas à economia, ao comportamento humano, às relações internacionais, ao planeamento urbano, aos níveis de educação, aos estilos de vida «normais», etc., etc. Por outro lado, os objectivos que se pretendem «optimizar» não serão sempre os objectivos óptimos. Em geral os modelos empregues subjagam o indivíduo às soluções mais rentáveis (...), a escolhas e hábitos de vida mais fortalecedores da economia (...). Pior ainda, esses modelos incluem, deliberadamente, supostos «índices» indicativos de «níveis de bem-estar», de «fruição do espaço», de «desenvolvimento social», etc., congeminações afinal como encobrimento de motivações inconfessáveis, e escamo-

teando os verdadeiros critérios e as verdadeiras análises, desviando, duns e doutras, a atenção dos menos avisados.

Tais modelos são, no entanto e na realidade, postos a uso, camuflados com a desculpa nada ingénua de que a sua aplicação é melhor do que nenhuma, é fornecendo-se como garantia a sua suposta cientificidade.

## CONCLUSÃO INICIAL

O computador faz parte intrínseca da nossa sociedade. A sua presença levanta questões morais e políticas relativas aos direitos e às responsabilidades do indivíduo e da pessoa colectiva, e do governo. Os problemas do controle sobre algumas das suas aplicações são tornados mais difíceis dada a complexidade técnica de tais máquinas e dada a imprecedência da sua novidade e da sua rápida evolução. Existe o perigo real de que se estabeleçam redes de bancos de dados pessoais, controladas pelos interesses superiores do capital, e de que essas redes se venham a unificar

e a espalhar, vindo assim a constituir uma ameaça monopolizada à privacidade e à opção da escolha.

O crescente impessoalismo das relações entre o indivíduo e as grandes empresas é um facto. A oportunidade de ocorrência de sabotagens, de vigarices, e de incorrecta manipulação da informação, cresce à medida que cresce a instalação de bancos de dados em computador.

Não nos devemos deixar apanhar numa teia de que só tarde demais nos apercebemos. Do ponto de vista legal, podemos e devemos limitar a má utilização de computadores, para que possam sobreviver assim os nossos direitos e as nossas liberdades. Não esqueçamos nunca, porém, que as contradições que surgem nas aplicações que se fazem do computador são importadas do próprio sistema, embora ampliadas pelo imenso poder das novas máquinas. A verdadeira solução exige que não aceitemos como problemas isolados os que resultam das aplicações dos compu-

tadores e do seu uso como instrumentos de trabalho, desenvolvidos por uma Ciência cuja justificação devemos exigir que seja, antes de tudo, a de estar ao serviço das massas trabalhadoras.

Ao trabalhador que benefício trouxe o progresso científico que tornou possível o computador?

LUIS MONIZ PEREIRA

## LEITURAS

- 1—Rothman, S.; Mosmann, C.—«Computers and Society», 1972, Science Research Associates.
- 2—Parkman, R.—«The Cybernetic Society», 1972, Pergamon Press.
- 3—Chartrand, R. L.—«Computers in the Service of Society», 1972, Pergamon Press.
- 4—Marois, M. (ed.)—«Man and Computer», 1972, S. Karger.
- 5—Miller, A. R.—«The Assault on Privacy: computers, data banks and dossiers», 1972, The University of Michigan Press.
- 6—Murphy, B. (ed.)—«The Computer in Society», 1966, Anthony Blond, London.
- 7—Gottlieb, C.; Borodin, A.—«Social Issues in Computing», 1973, Academic Press.